



vota



PELO FUTURO CONTRA O PRESENTE

EFFECTIVOS

DIREC.

GERAL



João Henrique



José Paulo



Caseiro Alves



João Paulo



João Varela

ASSEMB.

MAGNA



Tô Xavier



Zé Bernardes



Paula

CONS.

FISCAL



Agostinho



Emilia



Augusto

PELO FUTURO CONTRA O PRESENTE

INTRODUÇÃO

Não será a menor falsidade com que nos brindarão, porventura, o considerarem-nos surgidos nestas eleições por um fenómeno de geração espontânea; sentimo-nos conscientemente apoiados por uma vasta camada estudantil que ainda não votou «de coração», que sucessivamente se vem confiando *aos melhores de entre os maus*.

Aliás, se a certeza disto fosse de todo em todo ingénua ou idealista, já nos confortaríamos, tão somente, com a segurança de estarmos a contribuir para um aumento considerável da democracia deste processo, para um aumento considerável da representatividade da lista eventualmente vencedora. Ou haverá alguém que negue que, quanto mais amplas são as possibilidades de escolha, mais livre e racional é a opção definitiva?

Ninguém poderá honestamente argumentar com a curta vida do Movimento Associativo para desculpar a sua hesitação: foram poucos os que não cerraram os dentes de raiva impotente ante o domínio angustiante e coercivo da esquerda maxista logo após o 25 de Abril, e poucos ainda foram os que sentiram as suas esperanças concretizadas com a actuação de uma Direcção Associativa que pugnava por um associativismo reformista que não concretizou, e do qual os estudantes apenas têm uma vaga noção, algo sebastianista interrompeu-se a opressão totalitária e revolucionária em que se empenhavam as anteriores direcções.

Foi por isto, aliás, que a actual Direcção-Geral teve uma larga camada de apoio, apesar de hoje o seu único trunfo ser o grito: «nada fizémos, mas na «lhes» deixámos fazer!»

É pouco!

Para nós, as linhas mestras de uma verdadeira Associação Académica são a assunção de uma nítida vocação estudantil, e o firme propósito de colocar em plano inferior uma dinâmica de intervenção social e política, agitacionista, do tipo «parceiro social».

«A Universidade da nossa terra devia ser mudada, segundo ouvi dizer a outro, nisto mais entendido que eu.»
(*Carta do Infante D. Pedro a seu irmão D. Duarte, escrita da Flandres.*)

A UNIVERSIDADE QUE QUEREMOS: ISENTA MAS VALORATIVAMENTE ASSUMIDA

A autonomia da Universidade não é uma consideração abstracta; tem significado público imediato: o fim da subordinação às hegemónias políticas — a que alguns dão um significado clasista — que acabam por impor estruturas amputadas de uma salutar capacidade de reacção.

A Universidade que queremos, longe de ser mais um ponto de apoio ou veículo ideológico do poder constituído, deve garantir, à «outrance», a defesa do Homem, da Cultura, da Verdade e da Liberdade;

1 — FORMAR HOMENS, no desempenho de um papel com um reflexo fulcral na sociedade em que se insere, empenhando-se em dotar de legitimidade as habilitações que reconhece, exigindo capacidade na obtenção dos graus académicos que confere, empenhando-se em tornar pública a verificação dessa capacidade: o prestígio de uma Universidade está sobretudo ligado ao sucesso público dos seus quadros.

2 — DIFUNDIR E CRIAR CULTURA: a Universidade visa preparar para a possibilidade: não somente para o que *é*, mas para o que, — racional e virtualmente — *pode ser*.

Afastar o imobilismo com extintor do carácter experimental e prático da nossa Cultura — da sua insaciável e fecunda procura das potencialidades do real e do verosímil.

3 — PROMOVER A VERDADE quando descobre, quando ensina e quando pratica. Encorajar a competência e a consciencialização profissional como instrumentos imprescindíveis da procura do verdadeiro.

4 — EDUCAR A LIBERDADE, como única forma de, num mundo em que as argumentações ideológicas procuram apresentar-se como exclusivas, e definitivas, capacitar o homem para que seja ele mesmo, na sua intimidade pessoal e na sua integração social.

POLÍTICA DESPORTIVA:

É por demais evidente que o desporto desempenha um papel fundamental na formação da juventude. «Alma sã num corpo sã» é um princípio que deveria ser aplicado em toda a sua plenitude.

É inequivocamente reconhecido que a política desportiva da A. A. C. não satisfaz, nem do ponto de vista quantitativo nem qualitativo.

A acção que nos propomos desenvolver neste campo pautar-se-á pelos seguintes princípios e directrizes:

— despartidarização do sector desportivo posto que pensamos que o desporto é supra-partidário e transcende até as ideologias;

— generalização da prática desportiva, não numa perspectiva duma massificação acéfala mas sim numa perspectiva de formação e de valorização;

— definição de uma gestão por objectivos por forma a enriquecer e apetrechar tecnicamente as secções que detenham um papel de relevo no desporto nacional e, simultaneamente, promover a implantação de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento de sectores mais «em crise»;

— promoção de acções e convívio desportivo inter-faculdades através de acções concertadas da responsabilidade da Direcção-Geral.

POLÍTICA CULTURAL

O escopo fundamental de uma política cultural, deveria ser orientado numa perspectiva de incrementação da formação técnica, científica e político-ideológica dos estudantes da Academia. No que concerne a este assunto, a actuação das últimas D. G. s. tem sido espantosamente pobre. Aliás nunca se preocuparam em definir cabalmente uma política cultural, tendo-se limitado a deixar

ao arbítrio das secções culturais actualmente existentes (algumas de intenções bastante duvidosas) todas as acções que lhes caberiam desenvolver neste âmbito.

Para se ultrapassar esta situação, deveria qualquer D. G. promover a constituição de gabinetes especializados em assuntos desta natureza. Não seria descabida a formação de gabinetes de estudo, tais como: «Integração de Portugal na C. E. E.», «Associativismo e Universidade», «Estudos Socio-Económicos», «Estudos Jurídicos», etc. Isto não se trata mera dialéctica balofa, mas tão só daquilo que é minimamente necessário ao prestígio e dignificação de uma verdadeira Associação Académica.

POLÍTICA FINANCEIRA

Não é, certamente, a política financeira que avalia qualquer programa de uma D. G. Será contudo um elemento determinativo de toda a sua política, pois que constitui um instrumento poderoso para a sua concretização. Neste âmbito propomo-nos seguir uma política baseada em orçamentos — que subjazam a uma gestão por objectivos.

«Quem tudo quer tudo perde». Daí que a atribuição de subsídios obedecerá a um rigoroso escalamento vertical de objectivos, distinguindo sempre o imprescindível do importante, e este do secundário.

RELAÇÕES A. A. C. / FACULDADES

O facto de existir uma única Associação para todas as faculdades, cria naturais tendências de «isolacionismo». De facto, e a confirmar esta opinião, tem-se verificado um divórcio absoluto entre a Direcção-Geral e as faculdades. Ora o objectivo último de qualquer Associação é servir os estudantes o que pressupõe a criação de mecanismos capazes de tornar tão generoso objectivo minimamente exequível.

Proposta concreta: montagem de um sistema «Line and Staff», único método racionalmente capaz de solucionar tão importante problema.

O reavivar das tradições académicas tem sido uma das mais polémicas questões a que vimos assistindo no decorrer do ano transacto. Fortemente contestadas e até violentamente atacadas por alguns (em desespero de causa...) e messianicamente aplaudidas por outros, as tradições académicas não merecem nem esse excesso de honra nem essa indignidade. Elas estão, como todos nós, colocadas entre o Céu e o Inferno. Pensamos que as tradições académicas não radicam nem um sentimento elitista e clubista do estudante coimbrão, nem um sonho estereotipadamente saudosista que alguns pretendem afirmar. Elas constituem, isso sim, uma busca de valores intrinsecamente ligados à vida académica, uma preservação de valores que sempre dignificaram a história desta Academia. Cabe aqui referir que tais manifestações nunca foram (nem nunca serão) um elemento avaliador da actuação de qualquer Direcção-Geral, assim como nunca poderão ser exclusivos de qualquer força político-partidária, sob pena de perderem todo o seu conteúdo. No que concerne a este assunto, a nossa actuação é de apoio integral a tais manifestações, adaptando-as sempre ao tempo presente.

Nunca as imporemos de «dentro para fora», estimulá-las-emos de «fora para dentro».

ESTATUTOS

É este um dos aspectos que mais nos interessa sublinhar. Quanto a nós, é incompatível com a dignidade de uma Associação Académica o facto de as suas normas de estrutura fundamentais, estarem contidas avulsa e obscuramente num panfleto ignorado e inútil, que, por ironia, designaram de «Estatutos». Aliás, se este argumento de princípio não fosse suficiente, sempre diríamos que, o seu funcionamento da Associação está decididamente ligado à existência de normas precisas, concretas e pormenorizadas, ainda que aglutinadas por um toque fundamental de unidade e coesão.

Não se julgue que ignoramos ou escondemos demagogicamente a delicadeza deste assunto, nem sequer que estamos esquecidos que a sua resolução não está definitivamente dependente de nós. Apenas pretendemos afirmar o propósito firme de apresentar uma proposta de Estatutos funcional, coerente e séria.

CANTINAS

Urge tomar medidas no que respeita às cantinas. Estas são um dos serviços sociais mais importantes para os estudantes e, actualmente, não correspondem ao que se poderia esperar delas no aspecto de funcionalidade e qualidade de alimentos.

Assim, propomos:

- fiscalização das cantinas para um melhor funcionamento;
- melhorar a qualidade de alimentos;
- manutenção de preços, através de subsídios governamentais;
- melhoria do aspecto geral das cantinas.

SERVIÇOS MÉDICO-SOCIAIS

Os utentes deverão ter o máximo de regalias, tendo direito a estas gratuitamente. Neste sentido, propomo-nos melhorar a funcionalidade de tais serviços e minorar as suas carências.

LIVRARIA

Como elemento privilegiado de fomentar a cultura universitária, deverá assumir cabalmente o papel que lhes cabe e estar à altura das necessidades dos estudantes. Como tal, propomo-nos atribuir verbas para a compra de livros de real interesse para os estudantes e desenvolver um trabalho com as livrarias tendentes à edição, tradução e importação de livros nas condições mais favoráveis.

BOLSAS DE ESTUDO

É problema fundamental, posto que muitos dos estudantes que frequentam a Universidade de Coimbra delas necessitam para a sua sobrevivência. Sabemos contudo, que proliferam os casos de obtenção ilícita ou até exagerada dos montantes a atribuir. Daqui decorre a nossa proposta de criação de um serviço de controlo eficiente, capaz de ultrapassar tal situação e definir critérios equitativos de atribuição de tais subsídios.

ALOJAMENTO

Como serviço social que é, encontra-se longe de satisfazer as necessidades mínimas da população estudantil. Não vamos, demagogicamente, prometer que temos soluções concretas e exequíveis no curto prazo para sanar tal problema. Apenas prometemos um empenhamento sincero num trabalho que será norteado pelas seguintes directrizes:

- apuramento das reais possibilidades da construção de novos «blocos residenciais»;
- melhoramentos dos já existentes.

CONCLUSÃO

Talvez não fosse imperioso um remate; de facto, já vão ditos alguns motivos de reflexão, já dissémos o que queremos e deixamos antever o que definitivamente repudiamos.

Pese embora aos que continuamente falam em farsas eleitorais, o dia em que a Academia escolher o Norte do seu rumo será, inexoravelmente, o dia 27.

Será também desnecessário afirmar que, se por um lado, serão os estudantes a escolher o seu destino, por outro, serão eles a assumir a responsabilidade da sua opção.

Já não se justifica o agitar do fantasma de esquerda totalitária — o que não significa, paradoxalmente, negar a sua tenebrosa realidade; simplesmente a hora é de clarificação, a hora é de voto consciente e espontâneo, e não já de voto útil, semi-sincero e de triste consolação.

Aqueles que nos lêem, àqueles que nos apoiam, prometemos, *não realizar mas tentar*, um futuro contra o presente: futuro de esperanças possíveis, como alternativa a um presente de certezas perturbantes.

1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica em matéria de engenharia civil, a ser executada pelo Sr. [nome], residente em [endereço], inscrita no CPF nº [número], e inscrita no R.O. nº [número], em nome próprio, para a elaboração de projeto executivo de [descrição do projeto], a ser executado em [localidade].

2. O prazo de duração do presente contrato é de [prazo] meses, a contar da data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado, mediante acordo escrito entre as partes.

3. O valor total do presente contrato é de R\$ [valor], a ser pago em [número] parcelas mensais de R\$ [valor], a serem pagas em dia [dia] de cada mês, a partir de [data].

SUPLENTES

DIREC.

GERAL



Paulo Nuno



Isabel Novais



João Neto



Zé Miguel

ASSEMB.

MAGNA



Gina



Jorge Barreto

CONS.

FISCAL



Telmo



Isabel Oliveira



Jorge Esteves

EFFECTIVOS

direc. ger.

- | | |
|---|-------------|
| 1. <i>João Henrique Pereira Bento</i> | — 4.º Psic. |
| 2. <i>José Paulo Magalhães C. Matos</i> | — 5.º Dir. |
| 3. <i>Maria Isabel Bento de Oliveira</i> | — 5.º FCTUC |
| 4. <i>Luís Filipe Marreiros Caseiro Alves</i> | — 4.º Med. |
| 5. <i>João Paulo Gonçalves Marques</i> | — 1.º FCTUC |
| 6. <i>José Miguel Bento</i> | — 2.º Med. |
| 7. <i>João Fernando Varela Pinto</i> | — 3.º Dir. |

mesa de AM

- | | |
|--|-------------|
| 1. <i>António Bernardo Lobo Xavier</i> | — 3.º Dir. |
| 2. <i>José Bernardes Correia</i> | — 4.º Med. |
| 3. <i>António Manuel Belém Ferreira Coelho</i> | — 5.º Econ. |
| 4. <i>Maria Paula Ribeiro Gomes</i> | — 2.º Let. |

cons. fisc.

- | | |
|---|-------------|
| 1. <i>Agostinho José dos Santos Costa</i> | — 4.º Econ. |
| 2. <i>Emília Maria Teixeira Galante</i> | — 1.º Farm. |
| 3. <i>Augusto José Guimarães Falcão</i> | — 2.º Dir. |

SUPLENTES

direc. ger.

- | | |
|--|-------------|
| 1. <i>Paulo Nuno Monsanto Fonseca de Serra e Silva</i> | — 4.º FCTUC |
| 2. <i>Miguel Eduardo de Osório Pinto dos Santos</i> | — 3.º Econ. |
| 3. <i>José Carlos da C. Marinho</i> | — 5.º Med. |
| 4. <i>Maria Isabel Veiga de Malafaia Novais</i> | — 2.º FCTUC |
| 5. <i>João Manuel Perdigão da Costa Neto</i> | — 1.º Dir. |
| 6. <i>Isabel Maria Fernandes Simões</i> | — 4.º Med. |
| 7. <i>José Miguel Sá Couto</i> | — 2.º Dir. |

mesa de AM

- | | |
|--|-------------|
| 1. <i>João José de Quinto Faria Nunes</i> | — 4.º Med. |
| 2. <i>Georgina Tenreiro Amado</i> | — 1.º Let. |
| 3. <i>Jorge Manuel Torres Leal Barreto</i> | — 2.º Dir. |
| 4. <i>António Augusto Oliveira Alves e Silva</i> | — 4.º Econ. |

cons. fisc.

- | | |
|--|-------------|
| 1. <i>Telmo José Magalhães Costa</i> | — 4.º FCTUC |
| 2. <i>Isabel Maria Moura Ribeiro Oliveira</i> | — 4.º FCTUC |
| 3. <i>Jorge Manuel Saraiva Esteves de Carvalho</i> | — 3.º Econ. |